



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – LICENCIATURA

**O HAITI E A REVOLUÇÃO HAITIANA: ENTRE A HISTÓRIA E O ENSINO DE
HISTÓRIA NO BRASIL (2010-2023)**

MACKENSON BEAUVAIS

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – LICENCIATURA

**O HAITI E A REVOLUÇÃO HAITIANA: ENTRE A HISTÓRIA E O ENSINO DE
HISTÓRIA NO BRASIL (2010-2023)**

MACKENSON BEAUVAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo

Foz do Iguaçu
2025

MACKENSON BEAUVAIS

**O HAITI E A REVOLUÇÃO HAITIANA: ENTRE A HISTÓRIA E O ENSINO DE
HISTÓRIA NO BRASIL (2010-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo
(UNILA)

Profa. Dra. Ana Rita Uhle
(UNILA)

Profa. Dra. Endrica Geraldo
(UNILA)

Prof. Dr. Clécio Ferreira Mendes
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 14 de março de 2025.

Dedico este trabalho a meus ancestrais, ao povo haitiano, à minha família especialmente minha querida mãe, Olivia Fortuna.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao universo pela energia vital, meus ancestrais, minha mãe Olivia Fortuna, meu pai Ganier Beauvais e meus dois irmãos Gardy e Samuel Beauvais, meu professor orientador não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo por seu acolhimento e pela sua amizade. Também, um agradecimento aos professores da banca pelas orientações. Aos colegas de curso de História. Agradeço de maneira infinita a minha linda companheira Vitoria Maria de Campos Vieira por seu apoio moral e acadêmico. Também, um agradecimento especial a meus companheiros e camaradas de luta que cruzaram meu caminho na Universidade de Estado do Haiti (UEH). A lista é tão grande que não dá para citar todos os nomes. Meus(minhas) colegas haitianos(as) e estrangeiros(as) que eu encontro durante minha trajetória acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso faz um estudo crítico sobre a presença do Haiti e da Revolução Haitiana no âmbito da historiografia e do ensino de história no Brasil, dando ênfase ao período compreendido entre 2010 e 2023 e traçando um perfil das mais importantes contribuições. O estudo pretendido se justifica pela ainda insuficiente presença do Haiti e da Revolução Haitiana no âmbito da História e do ensino de História no Brasil. A discussão teórico-metodológica deste TCC se relaciona ao campo da história atlântica, da história do Caribe e ao do ensino de história no Brasil; também se apoiam na perspectiva teórica decolonial. Para a análise das fontes foi utilizada uma abordagem qualitativa. Assim, foram pesquisadas e analisadas várias bases de dados, repositórios institucionais, websites de instituições e revistas brasileiras relacionadas à história do Caribe e ao ensino de História no Brasil; dentre as quais: o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Revista Brasileira de História do Caribe, a Revista Eletrônica da ANPHLAC, os anais dos eventos nacionais da ANPUH e da ABEH. Espera-se que este trabalho desperte a reflexão crítica e interesse pelo estudo da história do Haiti e da Revolução Haitiana e que problematize sua presença na cultura histórica brasileira.

Palavras-chave: Revolução Haitiana; Haiti; Decolonial; Historiografia; Ensino de História.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusión de curso realiza un estudio crítico sobre la presencia de Haití y de la Revolución Haitiana en el ámbito de la historiografía y de la enseñanza de la historia en Brasil, enfatizando el período entre 2010 y 2023 y trazando un perfil de las más importantes contribuciones científicas. El estudio realizado se justifica debido a la insuficiente presencia de Haití y de la Revolución Haitiana en la enseñanza de la historia de Brasil. Desde el punto de vista teórico-metodológico, este trabajo está relacionado al campo de la historia atlántica, de la historia del Caribe y a la enseñanza de la historia en Brasil; también se apoya en la perspectiva teórica decolonial. El análisis de las fuentes fue de tipo cualitativo. Así fueron investigadas y analizadas varias bases de datos, bibliotecas, websites de instituciones del área de Historia y revistas brasileñas relacionadas a la historia del Caribe y a la enseñanza de la historia en Brasil; entre ellas: el Catálogo de Tesis de Maestría y de Doctorado de CAPES, la revista Brasileña de Estudios del Caribe, la Revista Electrónica de la ANPHLAC, los anales de eventos nacionales de la ANPUH y de la ABEH. Se espera que este trabajo despierte la reflexión crítica e interés por el estudio de la historia de Haití y de la Revolución Haitiana y que pueda problematizar su presencia en la cultura histórica brasileña.

Palabras-claves: Revolución Haitiana; Haití; Decolonial; Historiografía; Enseñanza de la Historia.

REZIME

Travay final sa a fè yon etid kritik sou prezans Ayiti ak Revolisyon Ayisyen an nan kad istoriografi ak ansèyman istwa nan peyi Brezil, li mete aksan sou peryòd ki ant 2010 ak 2023 epi trase profil pi gwo kontribisyon akademik ki fèt yo. Etid sa a jistifye tèt li akòz nou konstate Ayiti ak Revolisyon Ayisyen an pa twò prezan nan kad pwodiksyon istwa ak ansèyman istwa nan Brezil. Diskisyon teyorik ak metodolojik Memwa (TCC) sa a marande ak domèn istwa atlantik, istwa Karayib la ak ansèyman istwa nan Brezil. Etid la blayi kò li sou apwòch teyori dekolonyal yo, epi itilize yon apwòch kalitatif pou fè analiz yo. Konsa, nou te fouye epi analize plizyè baz done, tankou repozitwa enstitisyonèl, sitwèb enstitisyon ak revyèl brezilyen ki gen rapò ak istwa Karayib la ak ansèyman istwa nan Brezil; pami yo: “Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES”, “Revista Brasileira de História do Caribe” “Revista Eletrônica da ANPHLAC”, ak dokiman evènman nasyonal ANPUH ak ABEH yo. Travay sa a espere leve yon refleksyon kritik ak enterè pou etid istwa Ayiti ak Revolisyon Ayisyen an epi poze kesyon sou prezans li nan kilti istorik brezilyen an.

Mo kle: Revolisyon Ayisyen; Ayiti; Dekoloniyal; Istoriografi; Ansèyman istwa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPÍTULO 1: A REVOLUÇÃO HAITIANA E O HAITI À CONTRALUZ	14
2.1 O Haiti e a Revolução Haitiana	14
2.2 A Revolução Haitiana na história e na historiografia.	16
3. O HAITI E A REVOLUÇÃO HAITIANA NO BRASIL	20
3.1. Histórias pesquisadas sobre Haiti e a Revolução Haitiana.	20
3.1.1 O Haiti e a Revolução Haitiana no Catálogo da CAPES e na Revista Brasileira de História do Caribe	20
3.1.2 O Haiti e a Revolução Haitiana na ANPUH e a ANPHLAC	25
3.2. Histórias ensinadas sobre o Haiti e a Revolução Haitiana	28
3.2.1. Pesquisas em ensino de História sobre Haiti e a Revolução Haitiana	28
3.2.2 Ensino de história, multiculturalidade e currículo relacionado ao Haiti e à Revolução Haitiana	31
4 CONSIDERAÇÕES GERAIS	34
5 Referências Bibliográficas	35

1 INTRODUÇÃO

A presença de haitianos no Brasil é uma realidade que data desde 1940, mesmo que nesse período a quantidade fosse muito menor (HANDERSON, 2015). Porém, 2010 é o ano crucial da migração haitiana no Brasil, a partir de então houve um aumento da comunidade haitiana no país. Um dos fatores que explica essa migração haitiana ao Brasil é o papel do país no cenário internacional¹, assim o governo brasileiro decidiu receber imigrantes haitianos a fim de superar os traumas pós-sismo e proporcionar a eles empregos porque o país precisava de mão-de-obra no momento da preparação da Copa do Mundo de 2014. Contudo, a visão sobre a migração haitiana no Brasil é estereotipada, xenófoba e racista.

Haitianos são vistos como força trabalhadora e importantes no mercado de trabalho por suas capacidades físicas laborais e associados com pessoas que vêm somente para buscar empregos (FABIEN, 2024). É importante dizer que a migração haitiana no Brasil não se enquadra só na procura de trabalho e de melhor condição de vida, mas também no termo “migração estudantil” (CARDOSO, 2022). Exemplo foi um grupo de 80 haitianos que chegou ao Brasil em agosto de 2011, todos bolsistas no âmbito do Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti/CAPES (FABIEN, 2024). Após o terremoto de 2010 que destruiu a capital e outras regiões do país, o Brasil criou o programa PRÓ-HAITI para apoiar a reconstrução do Haiti e a formação de recursos humanos. Várias universidades públicas ofereceram vagas para haitianos no Brasil e no Haiti; dentre elas a UFFS e a UNILA, em 2013. No processo seletivo de 2015, a UNILA registrou 83 candidatos haitiano em 22 cursos. O Haiti continua liderando as inscrições internacionais nos últimos anos.

Este TCC reflete a trajetória de um imigrante haitiano que veio ao Brasil. No Haiti, cursei Antropologia/Sociologia (2013-2017) na única universidade pública do país, mas não concluí minha memória (TCC). Lá mostrei um interesse constante na história das lutas dos movimentos sociais e estudantis e pelas revoluções latino-americanas e caribenhas, priorizando os movimentos populares no Haiti e a RH. Inspirado pelas ideias de Jean-Jacques Dessalines e de Antonio Gramsci lutei contra injustiças e pela melhoria das condições estudantis. Em 2019, continuei meus estudos na Universidad Nacional de Rosario antes de ingressar no Brasil². Em 2021, como unileiro, iniciei

¹ A missão de paz das Nações Unidas no Haiti, conhecida como MINUSTAH, foi criada a partir da resolução 1.592, em fevereiro de 2004 pelo Conselho de Segurança da ONU, e foi comandada pelo Brasil.

² Deixei o país em 2019 para continuar meus estudos universitários em Rosário, Argentina. Mais uma vez tive que interromper tais estudos, desta vez devido aos efeitos da pandemia da Covid-19. Migrei ao Brasil no final do ano de 2020, buscando me estabilizar emocionalmente e voltar a estudar novamente. Soube da existência de processos seletivos para imigrantes nas universidades federais e, no mesmo ano, postulei-me para duas instituições: a Universidade Federal Fronteira do Sul (UFFS) e a Universidade Federal da Integração da América-Latina (UNILA). Felizmente, fui aprovado nas duas instituições, mas na verdade optei por essa última pela missão e pela sua filosofia de

minhas aulas remotamente devido à pandemia de COVID-19. Na disciplina "Fundamentos da América-Latina (FAL 1)", apresentei um trabalho sobre a RH surpreendendo meus colegas que apenas associavam Haiti a estereótipos, desconhecendo sua história e cultura.

No decorrer do curso de Licenciatura em História da UNILA reparei, percebi que quase em todas as disciplinas o Caribe não tem merecido uma ampla atenção no âmbito das histórias ensinadas e pesquisadas. Após essas vivências e aprofundar em leituras específicas ao longo da orientação de TCC identifiquei a justificativa central deste trabalho: a ainda insuficiente presença do Haiti e da RH nas histórias pesquisadas e ensinadas da área de História da Unila e, de modo mais abrangente, nas universidades federais brasileiras. Assim, o presente trabalho de TCC tem como objetivo principal realizar um estudo crítico sobre a presença do Haiti e da RH no âmbito da história e do ensino de história no Brasil, com ênfase no período compreendido entre 2010 e 2023.

É importante destacar dois aspectos sobre o objetivo principal do TCC mencionado: a delimitação do recorte temporal: 2010-2023, sendo que esses anos marcam o incremento da presença de haitianos no Brasil. O segundo aspecto trata do alcance da revisão da historiografia sobre o Haiti e a RH que se concentra, principalmente, na produção científica brasileira, haitiana e canadense, não apenas por historiadores. Como objetivos secundários foram definidos os seguintes: identificar as produções científicas renovadas sobre o Haiti e a RH, principalmente no âmbito dos estudos históricos; inventariar os principais estudos sobre a história do Haiti e da RH na produção historiográfica brasileira; inventariar os principais estudos sobre a história do Haiti e da RH na âmbito do ensino de História e analisar o lugar do Haiti e da RH nas matrizes curriculares de instituições de ensino superior brasileiras (UNILA, UNILAB, UFFS).

Do ponto de vista metodológico foi utilizada a metodologia qualitativa. Assim, o cientista visa se aprofundar sobre o fenômeno estudado; por exemplo ações dos indivíduos, grupos ou organizações no contexto social. O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões e para análises de discursos e documentos. (MINAYO, 2008). É oportuno dizer que a metodologia qualitativa é essencial para o trabalho pois permite uma compreensão aprofundada das representações, percepções e discursos sobre o Haiti e a RH, na historiografia e no ensino de história no Brasil. Como o estudo se baseia na análise de narrativas, documentos, currículos e produções acadêmicas, essa abordagem possibilita identificar como o Haiti é retratado e problematizar o silenciamento que existe na produção do conhecimento histórico. Por fim, o método qualitativo favorece uma leitura crítica das fontes e diálogo com perspectivas teóricas críticas ao eurocentrismo.

integração, pela interculturalidade e pelo multilinguismo da UNILA.

Para esta pesquisa foram consultadas bases de dados, repositórios institucionais, websites de instituições e revistas acadêmicas visando analisar a produção científica sobre o Haiti e a RH. O processo seguiu as seguintes etapas: levantamento de Fontes, a partir do qual foram selecionadas bases de dados como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Revista Brasileira de História do Caribe, a Revista Eletrônica da ANPHLAC, além dos anais dos eventos nacionais da ANPUH e da ABEH. Em seguida, termos como: Haiti, RH, Ensino de História e Caribe foram utilizados para a busca de estudos renovados. Para análise dos conteúdos selecionamos artigos, dissertações e teses sobre a história do Haiti e sua recepção no ensino de História. Identificamos dois eixos principais: a historiografia sobre o Haiti e a RH e a produção acadêmica sobre o ensino do Haiti no Brasil. Assim, foi possível construir um panorama crítico sobre como o Haiti e sua Revolução são estudados e ensinados no campo da história e da educação.

A estrutura deste TCC foi pensada de modo a dialogar com os objetivos elencados e se divide em dois capítulos: “A RH e o Haiti à contraluz” e “O Haiti e a RH no Brasil”. O primeiro conta com dois subcapítulos: “O Haiti e a RH” e “A RH na história e na historiografia”, eles mostram olhares renovados na historiografia dos últimos anos sobre o Haiti e a RH. O capítulo 2 tem dois subcapítulos: “Histórias pesquisadas sobre Haiti e a RH” e “Histórias ensinadas sobre o Haiti e a RH” fazem um percurso sobre a produção científica em História e no ensino de História. Foram analisadas várias bases de dados, repositórios institucionais, matrizes curriculares, websites de instituições e revistas brasileiras relacionadas à história do Caribe e ao ensino de História no Brasil. Destacamos: o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Revista Brasileira de História do Caribe, a Revista Eletrônica da ANPHLAC, os anais dos eventos nacionais da ANPUH e da ABEH.

Esperamos que este modesto trabalho desperte a reflexão crítica e interesse pelo estudo da história do Haiti e da RH; problematize sua presença na cultura histórica brasileira e valorize as contribuições que a comunidade universitária haitiana pode trazer para os cursos da área de história das universidades federais brasileiras.

2. A REVOLUÇÃO HAITIANA E O HAITI À CONTRALUZ

2.1. O Haiti e a Revolução Haitiana

O Haiti é o primeiro país livre da América Latina-Caribe e o primeiro estado negro graças à RH (1791-1804) - doravante, RH. Ela trouxe consigo a inédita libertação de todos os cativos e escravizados (bosal/crioulo)³ e trouxe a independência para a mais próspera colônia francesa: Saint-Domingue. Esse fato foi protagonizado pelos africanos e afrodescendentes, por sua vez

³ Bosal eram africanos recém chegados na colônia, que não assimilaram as práticas e os valores dos colonos. Crioulo eram escravos que nasceram na colônia e se adaptaram a esse contexto, adotando os valores da colônia.

majoritariamente oprimidos, vítimas do colonialismo francês no Caribe. O objetivo desse movimento revolucionário era a abolição total da escravidão e o reconhecimento da liberdade de todos e todas, que era a ideia de “*tout moun se moun*”⁴ (CASIMIR, 2021).

Essa revolução desafiou o sistema global (escravidão e colonialismo) que sustentava o capitalismo europeu (CASIMIR, 2007). Os trabalhos de Jean Casimir: “Haití Acuérdate 1804” (2007), “La cultura oprimida” (2018) e “*Une lecture decolonial de l’histoire du peuple haïtien 1697 à 1915*” (2018), nos proporcionaram um olhar diferente sobre essa realidade colonial nos séculos XVII e XIX. Segundo este intelectual e sociólogo haitiano, para abordar a história do Haiti existem duas perspectivas diferentes: a do colonialismo que pinta um Haiti como inculto, selvagem e pobre através dos documentos ocidentais e dos discursos dominantes mediáticos e a visão da resistência dos primeiros povos indígenas e dos africanos cativados. Essa última questiona e observa a criação de uma nova nação num contexto em que essas pessoas foram condenadas a trabalhar de maneira forçada, enquanto, criaram um mecanismo. A tal fato o autor denomina “cultura oprimida”, o título de um dos seus mais importantes livros, para sair da brutalidade e da opressão dos brancos escravagistas (CASIMIR, 2007).

Esse modelo de resistência pode ser considerado como um tipo de “quilombismo” fundamentado nos valores de coletividade, solidariedade, respeito às diferenças e autonomia comunitária. Ele facilitou que os negros compartilhassem seus conhecimentos, seu princípios e sua visão do mundo durante séculos, até derrubar o sistema colonial injusto e racista que causou suas tribulações e desumanização (NASCIMENTO, 1978). O Haiti também é um exemplo “contra colonial”, como um território quilombola, que na sua fundação redefine as relações sociais a partir da igualdade e da justiça social. Assim, pode se enxergar a RH como um modelo de descolonização radical ou contra-colonial que ajuda a pensar a sociedade através de epistemologias negras e indígenas. (NEGRO BISPO, 2023).

A RH é um símbolo de reabilitação dos negros do mundo, depois de tantas fraturas físicas e morais causadas pela escravidão colonial (BLACKBURN, 2003). O Haiti é esse lugar onde o vodou (cultura oprimida) foi aplicado como uma ferramenta de resistência e de luta pela autodeterminação. Segundo Daniel Gomes de Carvalho, a RH marcou o início do chamado “século das abolições” pois observa-se que as primeiras constituições do Haiti consolidaram a abolição da escravidão e do colonialismo. Assim, o Haiti foi o primeiro estado nacional da América Latina e do Caribe que surgiu a partir de uma revolução, bem sucedida, feita pelos negros escravizados (CARVALHO, 2023). É importante dizer que há registros que comprovam a existência de revoltas

⁴ *Tout moun se moun*, é um provérbio haitiano oriundo do período da Revolução Haitiana, tem como tradução livre “todo mundo é ser humano”. Essa frase remete à ideia de que todas as pessoas são iguais, independentemente da sua raça, classe social e gênero e que todas possuem os mesmos direitos.

na ilha antes da sublevação geral. Exemplo disso é o caso do Mackandal, líder de várias insurreições até ser preso e queimado vivo, em 1645.

O Haiti é único, o Haiti é diferente, especial por sua resiliência cultural. Sua Revolução é excepcional e tricéfala: anti-racista, anti-colonialista e anti-escravista, em diálogo com Laennec Hurbon. A RH provocou uma crise na epistemologia ocidental. A partir dessa Revolução, houve um avanço pós-colonial, que exigiu que o Ocidente se esforçasse para conseguir entender a noção da liberdade (HURBON, 2007). A RH foi mais do que uma luta pela liberdade: a abolição da escravidão e a redistribuição de terras foram reivindicações centrais dos cativos negros. As lutas foram além do desejo de independência, alcançado apenas em 1804. Por consequência, o Haiti produz o contraste suficiente e necessário para revelar o que foi ocultado e silenciado.

2.2. A Revolução Haitiana na história e na historiografia.

Segundo Rafael de Bivar Marquese (2019) São Domingo era a colônia mais rentável das colônias europeias no Caribe, a mais rica e próspera dos domínios coloniais franceses. Contudo, era a colônia mais feroz e violenta. Ali cultivavam-se cana de açúcar, algodão, café, cacau. O tráfico negreiro enriqueceu os colonos franceses de Nantes, La Rochelle, Bordeaux e as elites parisienses. Assim, pode se entender que o comércio de escravos e a escravidão colonial foram o fundamento econômico da Revolução Francesa (CASIMIR, 2018).

Nantes era o centro do comércio de escravos. Para se ter uma ideia, em 1789 só seus comerciantes tinham investido 50 milhões na Índias Ocidentais. Bordeaux abriu a porta ao que diz respeito à indústria vinícola, que facilitou seus comerciantes a oportunidade de comerciar com o mundo colonial. Segundo C.R.L. James, em meados do século XVIII, 16 fábricas afinavam cada ano 10.000 toneladas de açúcar oriundas de São Domingo. Marseille era o centro do comércio pelo Oriente e Mediterraneo, paradoxalmente São Domingo era o centro nevrálgico do comércio de Marseille. Nantes, Bordeaux e Marselha eram os centros principais da burguesia marítima francesa (JAMES, 2016). O vínculo entre a escravidão e acumulação do capital é evidente revelando assim seu lado mais entrelaçado e perverso.

Sobre essa relação, mais especificamente em tempos de RH, o historiador brasileiro Daniel Gomes de Carvalho nos diz que:

Duzentos e trinta e dois navios (43% do total) de comércio de seres humanos saíram de Nantes em 1792, ano de auge do tráfico e terceiro da Revolução Francesa. O lucro anual estimado da França com o tráfico era de 80 milhões de libras. Em 1793, com o desenvolvimento da Revolução do Haiti, menos de 70 navios saíram de seus portos. Os prejuízos no mesmo ano são estimados em 96 milhões de libras (CARVALHO, 2023, p. 31).

O autor mostra como a RH impactou negativamente o tráfico de escravos do período, enfatizando que houve um tipo de entrelaçamento entre a Revolução Francesa (doravante, RF) e a

RH: eis um olhar renovado na historiografia que destaca como os sucessos no Caribe foram determinantes para entender as questões relativas à escravidão durante a RF. Também renovado é o olhar de Susan Buck-Morss com seu livro “Hegel e Haiti” (2009). Ela mostra o paradoxo entre o discurso da liberdade e a prática da escravidão e argumenta que os pensadores do iluminismo tinham raízes na história contemporânea a eles, particularmente nas notícias da RH de 1791. Também aponta que a ideia de Hegel sobre a relação entre o senhorio e a servidão, foi um ponto chave para o avanço da liberdade na história, aliás desenvolvido no seu livro “Fenomenologia do Espírito” (1807). Isto se dá, precisamente, nos primeiros anos posteriores à RH, sendo que Hegel publicou o citado livro em 1807, ano da abolição britânico do tráfico de escravos (BUCK-MORSS, 2009).

Segundo Buck-Morss se pode perceber o lugar que o Iluminismo reservava à RH. Assim, a autora nos diz:

Restam apenas duas alternativas. Ou Hegel era o mais cego de todos os filósofos da liberdade cegos da Europa iluminista, deixando Locke e Rousseau para trás em sua capacidade de negar a realidade debaixo do seu nariz (a realidade impressa debaixo de seu nariz sobre a mesa do café da manhã); ou Hegel sabia — sabia dos escravos reais que eram bem-sucedidos em sua revolta contra seus senhores reais — e elaborou sua dialética do senhorio e da servidão deliberadamente no quadro de seu contexto contemporâneo (BUCK-MORSS, 2009, p.43).

Os iluministas deixavam de perceber a exploração de milhões de trabalhadores negros nas colônias francesas e inglesas, embora, aceitavam que a liberdade das pessoas era algo natural e um direito inalienável: um paradoxo. Pode-se ver que esse paradoxo não incomoda a consciência lógica de autores contemporâneos que acham que a noção da liberdade humana provém apenas do pensamento ocidental.

Outro olhar renovado sobre a RH pertence à historiadora canadense Carolyn Fick⁵ com seu livro “*The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*” (1990). Sua perspectiva é diferente das abordagens tradicionais que focalizam sobre líderes como Toussaint Louverture (1743-1803). Fick argumenta que a RH foi impulsionada principalmente pela massa (escravizados) e suas estratégias de resistência, organização e mobilização. A sua ideia de “revolução vista de baixo” nos faz entender que a RH não foi apenas uma série de decisões políticas lideradas por uma elite reacionária, mas um movimento de massa organizado e iniciado pelos escravizados nas plantações. Os haitianos agiram de forma autônoma e desenvolveram uma consciência política através de suas experiências de opressão, práticas culturais africanas e redes de solidariedade. Em

⁵ Obras desta historiadora canadense sobre o tema são: “The Making of Haiti: The Haitian Revolution and the Founding of Republic” - Tradução: A formação do Haiti: A Revolução Haitiana e a fundação da República (1990). “Haiti and the Haitian Revolution: 1791 - 1804 “ (1995). - Tradução: Haiti e a revolução Haitiana 1791- 1804 (1995). “Gender and the Haitian Revolution” (2004) - Tradução: Gênero e a Revolução Haitiana (2004).

adendo, considero que as práticas culturais africanas, especialmente o vodu, foram essenciais para a resistência: um elemento de coesão social e espaço para a elaboração de estratégias políticas e militares.

Em "A Letra da Lei: Guerras, Constituições e a Formação do Mundo Moderno", Linda Colley demonstra como as constituições e as lutas por direitos e liberdades contribuíram na formação do mundo moderno. Mostra a importância das constituições como instrumentos de mudança social e política. Consequentemente, a RH ocupa um lugar fundamental nesse processo, sobretudo na luta pela liberdade contra o sistema colonial. Para ela, a RH é vista como um dos exemplos mais radicais e inovadores da luta por liberdade e igualdade. A RH questionou as ideias de superioridade racial e colonialismo. Colley enxerga a RH como ruptura radical com o passado colonial e como fonte crucial de reflexão sobre os direitos humanos e as constituições modernas. De acordo com ela, o Haiti é visto como um marco histórico que não só lutou pela liberdade de um povo, mas também teve impacto direto nas ideias de liberdade, igualdade e cidadania no mundo moderno (COLLEY, 2022).

Esse fato histórico é impensável devido à particularidade mencionada por Carolyn Fick. Assim, a RH entrou na história como um acontecimento inconcebível para o Ocidente. Segundo Trouillot, no seu clássico "Silenciando o passado: poder e a produção da história" (1995) a RH foi inconcebível pelos pensadores europeus porque essa revolução foi a mais radical da época. O antropólogo e historiador haitiano argumenta que há várias fórmulas de apagamento por meio das quais a historiografia produz a invisibilidade. (TROUILLOT, 2016). Dessa maneira, percebe-se, Bernard Bailyn (1922-2020), um dos autores que mais tem contribuído para a história atlântica, em seu livro *Atlantic History: Concept and Contours*, de 2005, que não faz menção à RH.

Segundo Trouillot, para os anos da publicação do livro citado, a historiografia latino-americana tampouco tem dedicado espaço suficiente à história da RH, apesar de seu impacto nos países da região. Existem exceções como as que apresentamos neste capítulo, que, por sua vez, não pretende abranger toda a historiografia latino-americana e caribenha das últimas décadas. E dizer, por conta das visões eurocentricas, a historiografia ignorou a importância dos movimentos negros e as revoluções que desafiaram a escravidão. Ainda segundo Trouillot, percebe-se que o racismo estrutural contribui para o silenciamento das histórias de resistência negra. Devido a isso, a RH, sendo uma revolução liderada por escravizados, foi vista como um evento marginal. (TROUILLOT, 2016).

Michel Rolph-Trouillot nos mostra que um silenciamento eficaz não requer uma conspiração nem um consenso político explícito, mas está enraizado nas estruturas de poder e na produção de conhecimento. Entende-se que a historiografia sobre o Haiti foi dificultada pela falta de fontes

primárias acessíveis, o que explica sua negação na historiografia ocidental. Trouillot prova como o silêncio tem um poder forte nos espaços de produção e de ensino de conhecimento histórico. Isso tudo ajuda a entender como na construção das narrativas, os silenciamentos são elementos estruturais, presentes desde a escolha do tema, das fontes e dos arquivos utilizados (TROUILLOT, 2016).

Sobre a importância histórica da RH, Marcos Morel (2017) destaca que o Haiti representa uma referência maior na história da humanidade. Segundo ele:

Desta revolução resultou: o primeiro Estado nacional oriundo de uma insurreição de escravos no mundo; o primeiro país a abolir a escravatura e a segunda Proclamação de Independência, nas Américas. Os protagonistas principais foram os trabalhadores escravizados da “Pérola das Antilhas” que, interligados paradoxalmente à Revolução Francesa, destruíram a escravidão, o domínio colonial, exterminaram a maioria da população branca e as tropas de Napoleão Bonaparte enviadas para combatê-los, derrotando militarmente três potências coloniais, Espanha, Inglaterra e França. Gerou-se, então, o Haiti, nação resultante de um processo insurrecional que se transformou em revolucionário, prolongando-se em longa guerra civil e externa ao mesmo tempo, realizada por cativos, libertos e homens livres (negros, mulatos, raros brancos) que, por esta via, chegaram ao poder, fato único na história (MOREL, 2017, p. 9-10).

A singularidade descrita é também enxergada pelo cientista político e historiador Roberto Breña. No seu estudo sobre as revoluções atlânticas o autor enfatiza a importância do Haiti no mundo revolucionário durante a “Era das Revoluções” (BREÑA, 2021). Assim, a Era das Revoluções não deve ser resumida apenas às revoluções Francesa e Norte-Americana; segundo Breña as quatro revoluções atlânticas por excelência são: a Americana (Treze Colônias) (1776), a do Haiti (1804), a da América espanhola (18010-1825) e a Revolução Francesa (1789) (BREÑA, 2021).

Voltando a Trouillot, ele propõe compreender o que é a história, como ela funciona e como se dá o processo de produção histórica. O objetivo é entender a distinção e a inter-relação entre o processo sócio-histórico (os fatos em si) e o conhecimento desse processo (as narrativas sobre os acontecimentos) (TROUILLOT, 2016). O silenciamento da história do Haiti, apesar da marginalização, é um reflexo do projeto colonial e racista que apaga uma população que historicamente denunciou o processo violento da colonização e suas estruturas de poder, presentes nos dias de hoje. Indo mais longe nessa direção, pode-se afirmar que a situação atual da população haitiana é resultado de um país que foi explorado e massacrado historicamente pelas das potências coloniais ocidentais.

Torna-se necessária a leitura de Catherine Walsh, que propõe a teoria decolonial como um processo de desaprender tudo o que foi imposto pela colonização aos povos submetidos ao controle

européu (WALSH, 2009). É necessário desenvolver um conhecimento sobre si mesmo para descolonizar o corpo e a mente, pois o conhecimento produzido a partir da Europa se espalha no mundo através da expansão do colonialismo, que impõe a subjetividade europeia para as demais culturas. Para Aníbal Quijano (1992) o eurocentrismo se conceitualiza como um saber de racionalidade universal que marginaliza os conhecimentos dos povos não-brancos ou não ocidentais e rejeita a noção da alteridade. O conhecimento produzido a partir da Europa se espalha no mundo através da expansão do colonialismo, que impõe a subjetividade europeia para as demais culturas. O eurocentrismo impacta a produção do conhecimento, assim como as formas de existir dos sujeitos, elementos interconectados na vida prática. (QUIJANO, 1992).

É necessário continuar na procura por outros olhares renovados na historiografia; por outras histórias, contra-hegemônicas, à contra-pelo, assumindo o compromisso de destacar os sujeitos que foram historicamente inferiorizados e marginalizados. No artigo intitulado “História à Contrapelo da Revolução Haitiana”, os autores utilizam o termo de "história a contrapelo" do filósofo Walter Benjamin para criar uma contranarrativa, que resiste à sedução da história dominante, mostrando como a história não é feita apenas pelos vencedores. É necessário construir uma história a contrapelo para destacar as contra narrativas subalternas, que sofreram a violência das classes dominantes (PIERRE-LOUIS; VENEGAS, 2023). O termo utilizado se aproxima das ideias do intelectual indiano Dipesh Chakrabarty (2020), que reivindica, no âmbito dos estudos subalternos, uma mudança de paradigma na maneira de escrever história (CHAKRABARTY, 2020).

Além de denúncia sobre a ausência de conteúdos e do silenciamento da RH, o intuito é abrir debate a determinadas temáticas para pensar outras formas de construção do conhecimento histórico e de práticas educacionais de excelência, também em oposição à colonialidade de poder e de saber. Vejamos no capítulo a seguir, o lugar do Haiti e da RH nas histórias pesquisadas e, também, ensinadas durante as últimas décadas no Brasil.

3: O HAITI E A REVOLUÇÃO HAITIANA NO BRASIL

3.1. Histórias pesquisadas sobre Haiti e a Revolução Haitiana.

3.1.1 O Haiti e a Revolução Haitiana no Catálogo da CAPES e na Revista Brasileira de História do Caribe.

Além dos trabalhos de Marco Morel, Daniel Gomes de Carvalho e Rafael de Bivar Marquese sobre o *Saint Domingue* francês e a RH mencionados existem outros, de um impacto menor sobre o Haiti e a RH publicados nos últimos anos. Esses trabalhos foram identificados como resultado de um levantamento bibliográfico realizado no Catálogo de Teses e Dissertações do CAPES dos últimos dez (10) anos.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (doravante, CTDC), encontramos 434 trabalhos sobre o tema “Haiti”. Identificamos 272 dissertações de mestrado e 122 teses de doutorado entre 2010 e 2023. Destaca-se 2019 como o ano que teve mais trabalhos defendidos sobre o tema do Haiti. Quanto às áreas de conhecimento: encontramos 125 trabalhos das Ciências Humanas; 68 na Ciências de Saúde; 46 na Ciências Sociais Aplicadas; 34 em Multidisciplinar e 20 em Linguística, Letras e Artes.

As universidades estaduais e federais são as instituições que mais produção científica têm sobre o tema Haiti; dentre elas se destacam: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Campus Piracicaba), com 45 trabalhos em relação ao Haiti; a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Campus Campinas) tem 37 trabalhos; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 25 trabalhos; a Universidade de São Paulo (USP), com 23 trabalhos e a Universidade de Brasília, com 22 trabalhos. Ainda que essa quantia de trabalhos se refira ao Haiti, o foco não é a RH. Vale ressaltar que, com a palavra-chave “Revolução Haitiana” encontramos somente 18 trabalhos entre os anos 2010 e 2023. Entre esses trabalhos observamos apenas dois (2) que estão na área de conhecimento de História. Em relação ao tema de ensino de História e RH encontramos apenas um (1) trabalho, produzido na área de Educação.

Dentre os trabalhos produzidos sobre Haiti e/ou a RH destacamos os seguintes: “Entre soberanos negros e senhores de escravos: O processo de inserção internacional do Haiti e sua coexistência com os Estados Unidos de 1825 a 1850”, de Junior Nelson Veras de Sousa (2018); “Cor, privilégios e liberdade na época de revolução: a luta de Julien Raymond em São Domingo-Haiti (1789-1794)”, de Logis Berno (2020); “O Haiti e a Bahia: As representações da primeira nação negra da América nos jornais baianos do século XIX (1831-1853)”, de Luã Pedro Rocha Carvalho (2021) e “Por uma Escrita-Ensino Amefricanana da História: a Revolução Haitiana nos Manuais de Professoras/es na Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS”, de Gabrielle de Souza Oliveira (2023).

O trabalho do Junior Nelson Veras de Sousa (2019) traz uma análise sobre o sistema internacional europeu na primeira metade do século XIX e as estratégias haitianas para se inserir no cenário internacional e da integração diplomática entre o Haiti e os Estados Unidos. Mostra como o surgimento soberano do Haiti no sistema atlântico do século XIX foi um desafio para o colonialismo e, de modo geral, para a escravidão. Aliás, a manutenção do sistema escravista norte-americano é um fator que mostra a incompatibilidade com o reconhecimento da capacidade de autodeterminação e autogoverno de uma nação negra (DE SOUSA, 2019). Eis um fator importante que justifica a resistência dos Estados Unidos ao estabelecimento de relações formais com o Haiti.

Logis Berno (2020) destaca a desigualdade racial e o preconceito que envolveu a sociedade de São Domingo através da luta do mestiço Julien Raymond (1789 e 1794). Enfatiza as múltiplas estratégias que Reymond estabeleceu para conseguir uma representação política capaz de levar suas reivindicações tanto na colônia como na metrópole; diga-se de passagem e parafraseando a Gomes de Carvalho (2020), relações de tipo entrelaçadas. Berno estuda quatro documentos: as duas primeiras constituições do Haiti (Constituição de 1801 e Constituição de 1805), a Declaração dos Direitos Humanos do Homem e do Cidadão de 1789 e o Código Negro de 1685, visando compreender o cenário político da colônia. Também, analisa as repercussões da abolição da escravidão em Haiti em relação ao Iluminismo, relacionado à obra do filósofo Friedrich Hegel (BERNO, 2020).

Luã Pedro Rocha Carvalho (2021), se adentra nas retóricas envolvendo o Haiti através da pesquisa dos jornais baianos durante o século XIX, mais especificamente em dois momentos: o período regencial (1831 a 1840) e entre os anos de 1844 e a 1853. Ele destacou que a perspectiva dos periódicos do período que relataram a RH não eram unânimes. Eles tiveram interpretações diferentes sobre o fato. O autor esclarece o desenrolar dos fatos que resultaram no surgimento da primeira nação negra da América. Para o entendimento das conexões transnacionais, perceber como a apropriação das narrativas envolvendo o Haiti poderia favorecer as retóricas dos jornais baianos. Os jornais que o autor utiliza como fontes principais foram: “Gazeta do Rio de Janeiro” e “Idade D’ouro do Brazil”, o primeiro impresso na Bahia.

Diferente destes trabalhos destacados, de histórias produzidas por historiadores é necessário mencionar o trabalho de Gabrielle de Souza Oliveira (2023): “Por uma Escrita-Ensino amefricana da História: a Revolução Haitiana nos Manuais de Professoras/es na Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS”. A diferença dos anteriores trabalhos, a autora reivindica à RH como uma potencial decolonial para o que ela denomina como uma “escrita-ensino amefricana” em meio a tradição disciplinar da História (OLIVEIRA, 2023). Ela entende a colonialidade como uma herança da colonização expressada nas relações de poder e nas constituições de saber, sobretudo, no ensino de História através dos currículos ensinados, posição essa que comparto com a autora.

Ainda que os trabalhos mencionados não tenham como foco essencial a RH, é necessário dar a eles luz para sair das sombras. Existem outras produções científicas⁶ que não tratam de temas

⁶ Dentre esses trabalhos se destacam: De Alcantara, Silva e Adriel Felipe. Brasil, Onu, e Haiti: Imagens sobre a crise haitiana entre 2004 e 2014, Universidade Federal Rio Grande Do Norte, 2016. Do Prado, Oliveira Emerson. Estabilização do Haiti: Ótica da mídia haitiana em torno da atuação do Brasil na MINUSTAH, Universidade Federal do Paraná, 2021. Jhon Steerolein. O imperialismo dos Estados Unidos no Haiti de 1950 a 1956, Universidade Federal do Mato Grosso, 2023. e BITTENCOURT, Bianca Pereira. O Brasil no Século XXI: Princípio da Não Indiferença: Direitos Humanos e Poder na MINUSTAH, Universidade Rio de Janeiro, 2013.

relativos à RH, mas que abordam outros aspectos contemporâneos sobre o cenário contemporâneo do Haiti. Uma outra reflexão, inevitável, sobre o levantamento feito no Catálogo CAPES diz respeito aos resultados obtidos ao pesquisar a palavra-chave “revolução” calculamos que 327 correspondem à Revolução Francesa; outros 182 à Revolução Americana; 939 à Revolução Industrial e 107 à Revolução Russa. Vale dizer que ao que diz respeito a Revolução Francesa 31 trabalhos foram realizados nos Programas de História; outros 38 trabalhos sobre a Revolução Americana e 18 relativos à Revolução Russa foram produzidos dentro dos programas de História.

Também, realizamos levantamento bibliográfico no website da Revista Brasileira de História do Caribe⁷ (RBHC), uma importante publicação da Universidade Federal do Estado do Maranhão (UFMA). Criada no ano 2000, a RBHC se ocupa do estudo das culturas afro-americanas na sua relação com outras culturas e com suas matrizes africanas. A missão da RBHC está orientada pela compreensão da relação Brasil/Caribe. As temáticas abordadas são Estudos Caribenhos Multidisciplinares com relação Brasil/Caribe e as conexões culturais afro-americanas em perspectiva global e conectada. Nos números da RBHC identificamos artigos sobre a história e cultura do Haiti relativos aos séculos XIX e XX.

No inventário feito nos últimos 10 anos, identificamos os seguintes trabalhos: “Quem quer ser Toussaint Louverture? Banalização e silenciamento na produção de narrativas oficiais sobre a história haitiana”, de Pâmela Marconatto Marques e José Carlos Gomes dos Anjos (2015). Os autores propõem uma perspectiva crítica frente às distintas narrativas negativas e preconceituosas sobre o Haiti. Algumas dessas narrativas se tornam hegemônicas e foram inspiradas pelas políticas adotadas por governos nacionais, discursos e práticas de organizações multinacionais; assim como pela imprensa internacional. Também existem outras narrativas sobre a história oficial haitiana, presentes no âmbito intelectual do país, mas que são desconhecidas ou, até mesmo, silenciadas fora do Haiti.

Publicado em 2015, achamos o trabalho do historiador haitiano Ventus St. Louis, intitulado: “*L’assassinat de Jean-Jacques Dessalines et le culte de sa memoire*” (2015). Nele, St. Louis procura entender os motivos da eliminação física de Dessalines, em 17 de outubro de 1806. O autor aponta que a memória de Dessalines⁸ foi reabilitada depois de 40 anos do seu assassinato,

⁷ A Revista Brasileira de História do Caribe lançou seu primeiro volume no ano 2000, e o primeiro trabalho relativo ao Haiti foi publicado em 2003 e da autoria da antropóloga e socióloga da Universidade de Brasília Renata de Melo Rosa. Em seguida encontramos o trabalho de Juan B. Alfoncesca Giner de los Ríos (mexicano) que foi publicado em 2006 e do Katia Couto em 2009. É importante destacar o papel da historiadora cubana Olga Cabrera, que fundou em 1999 e dirigiu até 2008 o Centro de Estudos do Caribe no Brasil, que realizou desde o ano 2000, a cada dois anos, o seu Simpósio Internacional. Olga Cabrera também fundou a Revista Brasileira do Caribe e foi sua editora até 2010.

⁸ Jean-Jacques Dessalines (1758-1806) foi uma figura central na história do Haiti e um dos principais líderes da Revolução Haitiana, sendo considerado um dos fundadores da primeira nação independente de negros no mundo. Ele desempenhou um papel fundamental na luta contra o colonialismo francês e na abolição da escravidão no Haiti. Dessalines também foi o primeiro imperador do Haiti após a independência, governando o país de 1804 até sua morte

ênfatizando que o silêncio sobre sua morte é compreensível a partir das tensões econômicas que vieram do exterior, especialmente dos Estados Unidos. O autor destaca que o silêncio em torno da figura de Dessalines e seu confronto com estrangeiros tem sido uma constante do sistema político haitiano que se entende devido à submissão aos ditames econômicos das potências estrangeiras no Haiti (ST. LOUIS, 2015).

O Haiti está presente nos números da RBHC. Outro caribenho desta vez, porto-riquenho, Gabriel Alemán Rodríguez, é o autor de *Jean Price-Mars y la nación haitiana en la vocación de l'élite*, (2015) e estuda as relações da nação com o território, raça e cultura para destacar aspectos que provocam uma disputa entre os intelectuais haitianos. Destaca a obra de Jean Price Mars "*La vocation de l'élite*" sobre os primeiros anos da ocupação estadunidense no Haiti (1915-1939) mostrando seu comprometimento com a reconstrução do nacionalismo haitiano. Este deveria ser capaz de tornar possível o restabelecimento moral do povo e a restauração da independência haitiana. Assim, Jean Price-Mars fez um apelo especial às elites do país que haviam perdido sua vocação de organizar e dirigir a coletividade.

"Da queda do Duvalierismo à transição inacabada: a crise haitiana dos anos 1980" é outro dos artigos relevantes publicados sobre a história e cultura do Haiti pela RBHC (ANDRADE, 2018). Seu autor, o brasileiro, Everaldo Andrade aborda o período pós- ditadura dos Duvalier⁹ (1957-1986) que trouxe uma longa crise devastadora do país através de novos golpes militares e mobilizações populares. Para Andrade essa situação se atribui geralmente aos fatores nacionais e locais que frequentemente fazem interpretar ao Haiti como "estado frágil" ou "estado falido" .

O artigo intitulado "El Negrito Haitiano y el Vudú en el Diario de Montecristi a Cabo Haitiano de José Martí", escrito por Mónica Maria del Valle Idarraga (2016). O texto aborda as manifestações do vodu haitiano no "Diário do Montescriti", ênfatizando a visão e a posição do herói cubano em torno do tema do negro e sua religiosidade, pois, analisa as representações martianas sobre os haitianos negros focalizados na descrição física e moral. Martí via o Haiti como símbolo de resistência contra o colonialismo, ele expressava sobre a coragem do povo haitiano em sua luta pela independência e a abolição da escravidão. Acreditava que apesar das dificuldades internas, o Haiti deveria ser respeitado como uma nação que havia desafiado as potências coloniais e conquistado

em 1806. Sua visão de um Haiti soberano foi central para a independência, e ele é considerado o fundador da primeira nação independente de negros no mundo. No Haiti, ele é reverenciado como um símbolo de resistência e coragem, e sua imagem é frequentemente associada à libertação e ao orgulho nacional haitiano.

⁹ A ditadura no Haiti se refere a uma série de regimes autoritários que marcaram a história do país, com destaque para o período de François Duvalier (conhecido como "Papa Doc") e seu filho Jean-Claude Duvalier (conhecido como "Baby Doc"), que governaram o Haiti entre 1957 e 1986. Esse período é um dos mais sombrios da história do Haiti, caracterizado por repressão política, violações dos direitos humanos e um controle absoluto sobre a sociedade haitiana. Assim, Duvalier criou uma milícia paramilitar chamada Tonton Macoutes, que agia como uma força de repressão brutal. Essa milícia perseguia, torturava e matava qualquer um que fosse considerado uma ameaça ao regime, incluindo opositores políticos, intelectuais e qualquer pessoa que se opusesse ao governo.

sua liberdade. Assim Martí rejeita a ideia de que o Haiti é terra de selvagens, bruxos e de negros assassinos de brancos, imagens criada para desenvolver o medo ao negro, que foi constituído após da RH nas Americas. Para Martí essa defesa do negro em outros lugares, está vinculada à sua visão sobre a participação do negro cubano na vida republicana que seria inaugurada após a derrota do colonialismo espanhol.

Poéticas das viagens, haitianos em Santo Domingo, código rural haitiano, literatura sobre Haiti, o culto à memória de Jean Jacques Dessalines, a influência do africanismo em processos históricos do Haiti e do Brasil são outros dos temas identificados sobre o Haiti e a RH na RBHC. A maior parte desses trabalhos, em ocasiões de autoria de latino-americanos, se concentram nas ciências sociais e humanas, porém poucos são provenientes da História e da História escolar. As universidades que têm liderado a produção científica sobre Haiti e/ou a RH na RBHC são: a USP, a UNB, a UFRJ e a UFRGS.

3.1.2 O Haiti e a Revolução Haitiana na ANPUH e a ANPHLAC

Os anais dos encontros nacionais da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) e a Revista Eletrônica da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) não podem ficar de fora ao analisar a presença do Haiti e/ou da RH na produção historiográfica brasileira contemporânea. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH¹⁰ se fundamenta na profissionalização do ensino e da pesquisa na área de história, atuando no âmbito profissional da graduação e pós graduação em história. Desde 1993, essa entidade mudou o seu nome por conta da sua abertura aos demais profissionais de história, como professores do ensino fundamental e médio, e também, profissionais dos arquivos públicos e privados, nas instituições de patrimônio e memória de todo o país. A ANPUH realiza um simpósio nacional de História a cada dois anos, considerado como o maior

¹⁰ Isabela Rodrigues de Souza, apresentou seu trabalho no 31º Simpósio Nacional de História no Rio de Janeiro em Recife no ano de 2021. Ela é mestranda do programa de pós-graduação em História Social (PPGHS-USP). No XXX Simpósio Nacional de História, Bethania Santos Pereira apresentou seu trabalho intitulado: Uma nação em construção: trabalha livre e soberania no Haiti (1826), mestre em História Social na Universidade estadual de Campinas-UNICAMP. A Revolução Haitiana como momento privilegiado da construção de uma identidade (1791-1804), é o título do trabalho que foi apresentado por Berno Logis, Mestre em História na UNESP-ASSIS, no XXX Simpósio Nacional de História em Recife. No XVIII Simpósio Nacional de História que foi realizado em Florianópolis em 2015, Assis Felipe, Mestre em História do tempo presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina, apresentou seu trabalho que foi intitulado: Imigrantes? Memórias Representação e identidade de haitianos e senegaleses em Caxias do Sul- Rs, 2010. François Duvalier e o autoritarismo haitiano, foi o título do trabalho de Everaldo de Oliveira Andrade, Doutor da Universidade de São Paulo (USP), ele apresentou esse trabalho no XXVIII Simpósio Nacional de História em Florianópolis (2015). Fabiana Bezerra Nogueira Com seu trabalho intitulado: Haiti da barbárie e do terror, apresentou no XXVIII Simpósio Nacional de História em 2015. o Trabalho, Qual Silêncio? O Haiti nas páginas dos primeiros periódicos brasileiros, foi apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História em São Paulo, 2011 por Soraya Matos de Freitas, Mestre em História Social pela UERJ/FFP. Encontramos um outro trabalho realizado por Soraya Freitas no XXV Simpósio Nacional de História, em Fortaleza, 2009, que intitulou: Entrelinhas da Revolução: O dito e o Não dito nas páginas do “Correio Braziliense” e da “Gazeta do Rio de Janeiro” sobre a Revolução Haitiana (1808-1822). O último trabalho encontrado foi do Scaramal Eliesse que foi apresentado no XXI simpósio Nacional de História em Niterói (2001) este trabalho foi intitulado: A morte do outro - funerais haitianos na república de Cuba.

evento da área de história no Brasil e na América Latina. O primeiro trabalho que foi apresentado sobre o tema relativo ao Haiti foi em 2001, no XXI Simpósio Nacional de História, sob tema: “História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo, em Niterói- RJ na Universidade Federal Fluminense”.

Trata-se do trabalho de Eliesse Scaramal: “A morte do outro - funerais haitianos na República de Cuba”. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas variações ritualísticas na prática do vodu em Cuba no início do século XX e sua ressonância no processo de rechaço e exclusão dos imigrantes haitianos. O autor destacou que a morte, para os haitianos, é uma festa. Descreve que essa celebração é feita com cantos e louvores que sugerem um estado de contentamento por parte da família, amigos e próximos. Scaramal dialoga com os antropólogos: Alfred Métraux, Emanuel Paul e Herskovits para entender o universo religioso do vodu no Haiti e a trajetória dos imigrantes praticantes de vodu em Cuba entre os anos 1913 e 1933.

Nos Anais do no XXV Simpósio Nacional da ANPUH (2009) achamos o trabalho de Soraya Matos de Freitas: “Entrelinhas da Revolução: o dito e o não dito nas páginas do “Correio Braziliense” e da “Gazeta do Rio de Janeiro” sobre a Revolução Haitiana (1808-1822)”. Esse trabalho é resultado do mestrado da autora e coloca em relevo as notícias relativas a sublevações de escravos e as lutas de emancipação no Haiti. Ela fez uma investigação por meio de análise comparativa entre dois periódicos: a “Gazeta do Rio de Janeiro” e o “Correio Braziliense”. Na forma que as notícias chegaram ao Brasil, a autora identifica o silenciamento sobre a RH, em comparação com o que está ocorrendo no então “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” e em outros domínios ultramarinos de Portugal entre 1808 e 1822.

“A Revolução Haitiana (1791-1804) como momento privilegiado na constituição de uma identidade ‘negra’”, é outro texto de Berno Logis (2019) identificado durante a pesquisa. O trabalho analisa as diferentes facetas da RH para mostrar como este acontecimento corresponde a emergência da cidadania negra no Novo Mundo, enfatizando como a RH traz para o pensamento social uma nova visão do ser negro e proporcionar um outro modo de interpretação da África. O autor mostra como essa nova visão contrapõe as interpretações feitas sobre o negro e a África no pensamento ocidental. A pesquisa se apoia em documentos publicados durante o período colonial até a pós-independência em 1805. O autor analisou o Código Negro de 1685, a Declaração dos Direitos do Homem e de Cidadão de 1789 e as duas constituições dos dois principais líderes da RH: a Constituição de Toussaint Louverture de 1801 e a de Jean Jacques Dessalines de 1805.

Everaldo De Oliveira Andrade, num outro trabalho aborda a ditadura no Haiti com seu trabalho: “François Duvalier e o Autoritarismo Haitiano”, no XVIII Simpósio da ANPUH (2015). Ela faz uma análise sobre o regime autoritário implantado por Duvalier em 1957. Logo em 1971

passou o poder para seu filho Jean-Claude. Andrade destaca que essa ditadura foi construída a partir de um período intenso de relações políticas, econômicas e sociais complexas, com suas tensões raciais e de classes. Embora a conjuntura internacional tenha sido envolvida nas ideias dos nacionalismos na América Latina em relação a revoluções cubana e as pressões dos Estados Unidos. Enfatizou que o Haiti tornou-se progressivamente um estado policial e militar, atrelado à política externa dos EUA para impedir o impulso revolucionário dos haitianos que emergiram com força em 1946 após a longa ocupação militar estadunidense (1914-1934) e a Segunda Guerra Mundial.

Além desses trabalhos, identificamos o artigo de Bethania Santos Pereira (2023) que aborda as questões raciais da Revolução Francesa em relação à RH. O título desse trabalho é: “Raça e Racialização entre as Revoluções Francesa e Haitiana”. Por fim, nos Anais da ANPUH, de 2021, identificamos o texto “Transformações da Economia de Plantação na Revolução Haitiana: Saint-Domingue, 1790-180” de Isabela Rodrigues de Souza (2021). Ela analisa a transformação do sistema de “plantation” durante a RH, principalmente a produção do café para entender as transformações sociais e políticas que propiciaram o estouro do movimento revolucionário.

Além da pesquisa feita na ANPUH, estendemos nossa pesquisa para a Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Destacamos a Revista Eletrônica da ANPHLAC¹¹, fundada em 2001, uma publicação on-line semestral. Essa revista publica manuscritos originais na área de investigação e do ensino de história das Américas em português, espanhol e inglês e seu objetivo é publicar estudos sobre história e ensino de história das Américas e divulgar notícias referentes à ANPHLAC. Nela achamos um trabalho importante, escrito por Loudmia Amicia Pierre-Louis, a destacada e promissora historiadora haitiana “O Caribe insular” incluindo o Haiti como objeto de estudo histórico no Brasil entre 2010 e 2022”.¹²

Ela analisa os estudos universitários na área de história relacionada ao Haiti e ao Caribe de maneira mais ampla. Considera-se a presença dos imigrantes haitianos e caribenhos cada vez mais

¹¹ Na Revista Eletrônica da ANPHLAC, realizamos algumas pesquisas, encontramos estes seguintes trabalhos: Lukas Lobo Santos de Universidade do Estado de Rio Janeiro-UERJ, publicou no V. 20 n. 28 em 2020 o artigo intitulado: Haiti, MINUSTAH e democracia: a técnica de governo biopolítico das Nações Unidas. Ludmila Amicia Pierre Louis da UNILA, publicou seu artigo intitulado: O caribe insular e o Haiti como objeto de estudo histórico no Brasil (2010-2020), no V.23 n.35 em 2023. O artigo de Kátia Cilene do Couto, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, intitulado: O Haiti e suas Possibilidades: Visões sobre uma realidade (in)publicado em 2014. A questão racial e o preconceito de cor em São Domingos-Haiti (1789- 1794) é um artigo que foi publicado no V.22 n. 33, em 2022 por Berno Logis de UNESP. Marcos Sorrilha Pinheiro da Universidade Estadual Paulista, Publico seu artigo intitulado: As Independências do Haiti e da América Hispânica na Correspondência de Thomas Jefferson (1791- 1822) no ANPHLAC, n.22, 2017. Encontramos o artigo de Everaldo Oliveira Andrade Da Universidade de São Paulo que intitulou: A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano, n, 20, 2016.

¹² A autora foi orientada pela professora Ana Rita Uhle na graduação em História-América Latina e pelo docente e historiador Hernán Venegas Marcelo, tanto no âmbito do Mestrado em História (PPGHIS/UNILA) quanto na Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL/UNILA), de onde resulta este artigo.

numerosa no país e nos espaços acadêmicos, entre 2010 e 2022. A autora realizou uma análise sobre as teses e dissertações para entender os discursos sobre a região caribenha. De maneira geral, o Caribe é pouco pesquisado e os temas pesquisados não são múltiplos, à exceção de Cuba. Porém, o Haiti, no que lhe diz respeito, é muito estereotipado e exotizado.

A autora afirma no seu trabalho, que no Brasil, na área da História do Caribe parece negligenciado, fica ainda na margem, isso leva em conta o número de trabalhos que estudam o Caribe desde 2000. Ainda destaca que os trabalhos da História são poucos e nos diz que:

“Para poder apontarmos como o Haiti e o Caribe insular vêm sendo entendidos, estudados e pesquisados no Brasil, bem como o tipo de discurso que aparece para descrevê-los, fazemos uso da análise documental das produções universitárias dos programas de pós-graduação em história (PPGH) –stricto sensu– das seguintes universidades públicas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)”. (PIERRE-LOUIS, 2023).

Além dessas 9 instituições, a autora pesquisa artigos de revistas, anais de eventos e livros que lhe permitem sustentar suas conclusões. Destaca que o distanciamento dos intelectuais brasileiros em relação ao Caribe nas produções em história recente do país, pode-se explicar a partir das questões ideológicas e epistemológicas da própria produção histórica. Pode-se entender esse afastamento devido a uma tradição (problematizada, mais ainda presente, eu acrescento) de uma história de tipo eurocêntrica. Apesar de que o estudo do Caribe no Brasil ainda é insuficiente, existem outras questões que dificultam a realização desses tipos de estudos; por exemplo: a questão dos financiamentos de pesquisa, acesso a bibliotecas e acervo de arquivos (PIERRE-LOUIS, 2023). Por fim, salienta que o Haiti aparece como algo singular, como uma exceção histórica e sociocultural, devido a isso se torna estranho, inexplicável sem possibilidade de estabelecer relações com os demais países do mundo. Acrescento que esse excepcionalismo haitiano é negativo, os trabalhos analisados reproduzem estereótipos e estigmas acerca do país que terminam reforçando sua marginalização.

3.2. Histórias ensinadas sobre o Haiti e a Revolução Haitiana

3.2.1. Pesquisas em ensino de História sobre Haiti e a Revolução Haitiana

A presença do Haiti e da RH também se faz presente no âmbito do ensino de História do Brasil nos últimos anos. A diferença dos estudos mencionados no capítulo anterior, há sinais, poderia-se dizer, que apontam para a necessidade da inclusão do tema no âmbito do ensino de História. Nas páginas anteriores destacamos os trabalhos de Gabrielle de Souza (2023) e o da Loudmia Amicia Pierre-Louis (2023). Todavia, buscamos outros websites e associações brasileiras

relacionados ao ensino de história e a história da educação visando identificar outros trabalhos. Os resultados dessa pesquisa comentamos a seguir.

Marcele Torres e Marcia Ferreira (2014) realizaram uma reflexão sobre os currículos a partir da Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na rede de ensino do Brasil. Elas trabalham com a ideia de transformar a tradição escolar e curricular da história eurocêntrica, a partir da noção de narrativa histórica. As autoras desenvolveram conceitos que servem de base para chegar até o estudo do currículo escolar onde identificam a necessidade de mudança e inovação para atender a inserção de novos conteúdos. Tais temas, relacionados à Lei 10.639, devem ser mais trabalhados para atender a realidade e compreensão dos alunos. O estudo da história da África, da cultura afro-brasileira e o Caribe, incluindo o Haiti e a RH no ensino de História se encaixa numa nova perspectiva e uma nova interpretação no contexto tradicional curricular (TORRES, FERREIRA, 2014).

O trabalho de Tais Staudt (2020) “Rompendo os silenciamentos coloniais no Ensino de História: a Revolução Haitiana a partir dos quadrinhos ‘A revolução que deu origem ao Haiti’, de Laurent Dubois e Rocky Cotard”, estabelecer um diálogo entre o silenciamento sobre a RH e o Ensino de História. A autora proporciona um caminho de diálogo desde um plano de aula, para falar sobre essa problemática. Faz uma explanação sobre a RH para demonstrar a importância desse evento, que derrotou o sistema colonial. Ela observou como a RH é citada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em certos livros didáticos - aliás, com insuficiente informação sobre o evento. Percebe-se o silenciamento da RH nos livros didáticos de ensino fundamental. Diante disso, Staudt elabora um plano de aula para trabalhar a temática com os alunos de 8 anos do ensino fundamental, apoiada nas histórias em quadrinhos de Laurent Dubois e Rocky Cotard “A Revolução que deu origem ao Haiti”.

Outro trabalho pertence a Sulis Simone Lima Nicolau (2020) e intitulado: “As Marcas da Colonialidade no Ensino de História sobre o Haiti: uma análise sobre resistir à invisibilização imposta pela negação do outro, seus saberes e poderes em sala de aula”. Ela aborda as questões dos currículos que impõem uma visão colonial que favorece o estudo da Europa e que negam os saberes presentes na América. O trabalho visa compreender as marcas da colonialidade e as possibilidades de trabalho para visibilizar as resistências à elas a partir do Haiti, sua história e sua representação nos livros didáticos. Também, a autora tenta desfazer as amarras impostas pela colonização europeia que se mostram sempre como verdades universais (“universais noratlânticos”, diria Rolph-Trouillot”) que silenciam e inferiorizam o outro. Faz-se necessário pensar em outras formas de trabalho em sala que trazem alternativas aos professores que utilizam matérias que silenciam sujeitos e movimentos não ocidentais.

Nesta mesma direção, o artigo “A História do Haiti e sua relação com o Brasil: Proposta de uma sequência didática”, de Gelssi Marli Muller Ferreira (2022), elaborou uma sequência didática acerca da história do Haiti. Ela destaca a relação histórica entre o Haiti e o Brasil, mapeando as principais abordagens acerca da história haitiana nos livros didáticos do ensino fundamental e médio. Para ela há dois momentos importantes que privilegiam essa relação: a RH de (1791-1804) que repercutiu em todo o continente americano e ressoou em terras brasileiras, gerando forte temor a elite escravagista. O outro aspecto é a imigração haitiana ao Brasil, presente em diversas regiões do país, como por exemplo o Estado do Paraná. Compreende-se pelo fato que as escolas públicas brasileiras acolhem centenas de estudantes haitianos, a construção da referida sequência didática pode construir uma importante estratégia de trabalho para os docentes que trabalham em escolas onde a presença de imigrantes é evidente. Estudos desse tipo ajudariam no combate ao preconceito, ao racismo e à xenofobia.

É necessário a pesquisa de mestrado apresentada ao Profhistória, da UFSC, de por Paula Vieira Parreiras Gomes. O título é: “A História do Haiti na perspectiva dos imigrantes Haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o Ensino de História”. O trabalho apresenta uma proposta metodológica para o ensino de História do Haiti por meio das narrativas de cinco migrantes haitianos. A autora utiliza a metodologia da História Oral que orientou a produção de entrevistas com imigrantes haitianos, em uma série de encontros e espaços de diálogo que produziram narrativas diaspóricas capazes de aproximar esses sujeitos, seus saberes, suas trajetórias e experiências. Ela enfatizou que foram realizadas uma série de três oficinas: “Haiti Migrante”, “Conhecer o Haiti” e “Brasil e Haiti: História e Conexões”. Essas oficinas trazem novas narrativas sobre o país caribenho (Haiti), proporcionando a produção de um outro referencial de negritude através do protagonismo negro da história haitiana. Essa proposta é comprometida com um tipo de educação anti-racista que visa desconstruir a visão estereotipada e estigmatizada acerca dos haitianos e haitianas e da história haitiana.

Os trabalhos mencionados foram encontrados nos Anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH). Durante a realização da pesquisa, pesquisamos os Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação, mas não identificamos trabalhos sobre o Haiti e a RH. Pode-se afirmar que a presença do Haiti e da RH não é volumosa, se comparada aos estudos históricos e historiográficos. Tal constatação a associamos a dois aspectos essenciais. O primeiro deles é o aumento do número de imigrantes haitianos nos estados do sul do Brasil. O outro aspecto é o amadurecimento do campo do ensino de História do Brasil e os efeitos da Lei Federal 11645, de 2008 no campo maior da história escolar no país, mesmo tendo identificado poucos trabalhos sobre Haiti e a RH, como mencionado.

3.2.2 Ensino de história, multiculturalidade e currículo relacionado ao Haiti e à Revolução Haitiana.

Quanto ao ensino de História e a História do Brasil quero destacar nos anos 80, a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) de 1996 e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como aspectos fundamentais desta etapa. Durante as décadas de 1980 e 1990 teve lugar no país um debate sobre a História escolar caracterizado como uma tentativa de ruptura com tradições de ensino que remontam sua origem à primeira metade do século XIX. Elza Nadai (USP), Circe Bittencourt (USP/PUC-SP), Katia Abud (USP), Ernesta Zamboni (Unicamp), Selva Guimarães (UFU), Maria Auxiliadora Schmidt (UFPR), Helenice Ciampi (PUC-SP) e Lana Mara de Castro Siman (UFMG/UEMG), pesquisadoras que concluíram doutorado nas décadas de 1980 e 1990 foram sendo fundamentais para a conformação do ensino de História como objeto e campo de pesquisa renovado. Seus trabalhos apontaram para uma ruptura com o ensino tradicional de História e renovação do ensino da disciplina (CARDOSO, 2008).

Nos anos 90 tiveram lugar as edições dos Eventos Nacionais na área do Ensino de História: o “Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História”, pela primeira vez na USP, em 1988, e o “Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História”, na UFU, 1993. Tais eventos passaram a ser realizados a cada dois anos em diversas cidades do Brasil. Tornando-se espaços de formação continuada, trocas de experiências científicas e didáticas. Assim, conceitos como didática da História, transposição didática - dentre outros, pautados por pesquisadores alemães, franceses, portugueses, canadenses e brasileiros, somaram-se ao desafio de enfrentar a complexidade do conhecimento escolar.

Outro aspecto a destacar na renovação do ensino de História é a multiculturalidade, ainda mais num país tão miscigenado como o Brasil.¹³ E é que a modernidade eurocêntrica tem negado o protagonismo das sociedades multiculturais do Sul, colocamos ao Caribe nesse Sul Global. Encobrir seus saberes é um paradoxo pois, como aponta o antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga, de “um certo ponto de vista, as relações raciais e a mestiçagem constituem a trama de toda a história da América Latina (MUNANGA, 2003). Torna-se necessário um exercício de crítica à lógica da modernidade/colonialidade, questionando as narrativas oficiais e a configuração eurocêntrica do mundo moderno. Focar esses esforços no campo educacional é uma tarefa central, pois “reconhecer o caráter colonial das sociedades latino americanas nos leva a intuir o caráter igualmente colonial de seus sistemas de saberes e de seus conhecimentos” (DIETZ e MATEOS, 2011, p. 59).

¹³ Existe um precedente importante nesta reflexão sobre o multiculturalismo no ensino de História. Trata-se da atuação de Ana Canen/Ivenicki, Vera Maria Candau e Tomaz Tadeu da Silva. Seus trabalhos anteciparam - também tem acompanhado - a reflexão produzida no campo educacional após as leis 10639/2003 e 11645/2008.

O Haiti veio a enriquecer essa miscigenação e desafiou a academia para continuar, unido à multiculturalidade, descolonizando saberes no ensino de História. Dirigimos a atenção, finalmente, ao currículo dos cursos de graduação em história de três universidades federais brasileiras: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em História buscamos a presença do Haiti e/ou da RH.

Foi necessário pesquisar nos currículos universitários para ver como o tema do Caribe, incluindo o Haiti e a RH se apresenta nos cursos de História. Selecionamos as três universidades federais. Elas foram escolhidas por serem “irmãs” da mesma geração. A UNILA, criada em 2010; a UNILAB, criada em 2010 também, tem como foco a integração internacional dos países de língua portuguesa, com uma atenção especial para a África e as relações entre o Brasil e os países lusófonos. E por fim, a UFFS, de 2009, com objetivo de promover a educação superior nas regiões de fronteiras do Brasil, sobretudo no sul do país, promovendo o diálogo intercultural e integração regional.

No caso da UNILA e da UFFS implementaram pela primeira vez o programa PRÓ-HAITI, trazendo forte presença dos imigrantes haitianos. No caso da UNILAB, que tem um foco sobre o continente africano a maioria dos haitianos se identificam como africanos, sobretudo pela conservação dos valores e práticas africanos. Além disso, muitas vezes a RH é enxergada como uma Revolução Panafricanista.

Observamos no Projeto Político Pedagógico do curso de História Bacharelado e Licenciatura da UNILA que um dos objetivos do projeto é contribuir para a integração solidária e construir sociedades na América Latina e Caribe mais justa, com equidade econômica e social por meio do conhecimento compartilhado e produzido pelo ensino (PPC-HISTÓRIA-AMÉRICA LATINA-UNILA, 2014)¹⁴. Contudo, o mais surpreendente foi o fato de não encontrarmos nenhuma disciplina pautada sobre o Caribe. Não há disciplinas como História do Caribe, Literatura e Cultura caribenha, Ensino de História no Caribe ou outro componente curricular interdisciplinar sobre Caribe. Observando, no ponto 9.2 do documento do PPC, que é intitulado “Do Núcleo ‘História’”, as seguintes disciplinas “Independência, Estados Nações/Regiões e Setores Populares na América Latina”, “Revolução, Ditadura e Democracia na América Latina”, e “Gênero e Diversidade na América latina”, todas essas disciplinas, não fazem referência ao Caribe em seu título. No ponto 9.3 intitulado “Do ‘Núcleo Educação’”, os títulos das disciplinas não mencionam o Caribe. Por

¹⁴ O citado documnto está disponível no seguinte enlace:

https://portal.unila.edu.br/graduacao/historia-licenciatura/copy_of_PPCHistriaLicenciaturaat2018.2.df

exemplo, “História do Ensino de História na América latina” e “Políticas educacionais dos Países latino-americanos” (PPC de História da UNILA, 2014).

Apesar do comentado, constatamos que o “Caribe” faz parte de componentes curriculares na Unila desde o 1o. semestre de 2013. Um levantamento realizado no SIGAA trouxe como resultados: os componentes sobre o Caribe correspondem aos cursos de Letras, Artes e Mediação Cultural (LAMC); História-Bacharelado; Biologia e Relações Internacionais (RII). Dentre eles o componente obrigatório, “Comarca Cultural Caribenha” foi o mais ministrado desde 2013; em 2o. lugar a optativa “Tópicos de Ciências Biológicas no contexto latino-americano e caribenho”. A seguir, os “Tópicos Avançados em História da América Latina: América Central e o Caribe (séculos XX e XXI)” e, por fim, dois componentes de História-América Latina: “História da América Central e do Caribe”, em 2014, e “Tópicos Especiais em História do Caribe” - no atual semestre de 2025.1. Não podemos afirmar que o Caribe está ausente da oferta curricular da Unila e nem da área de História. No entanto, sua oferta nesta área dista de ser uma realidade desejada.

O PPC da UNILAB enfatiza que ela foi criada como uma iniciativa inovadora, com a marca da inclusão para fomentar e concretizar a cooperação SUL-SUL na perspectiva multilateralismo nas relações internacionais, jurídicas e educacionais (PPC UNILAB, 2017, p.10). Observamos que a região caribenha não aparece no currículo desta Universidade. O PPC do Curso de História¹⁵ contempla os núcleos disciplinares seguintes: Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB (240 h); Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (120h); Núcleo de Formação Pedagógica (240h, sendo 90h de PCC); Núcleo Específico da Área de História (750h, sendo 150h de PCC); Núcleo de Prática e Ensino (700h, sendo 120h de PCC); Núcleo de Disciplinas Optativas (300h, sendo 60h de PCC); Núcleo de Disciplinas Eletivas (240h); Atividades Complementares (200h); Atividades de Extensão (320h); TCC (90h). Dentro de cada desses núcleos têm várias disciplinas, porém não observamos uma que aborda temas relativos ao Caribe.

É importante dizer que as ideias da negritude surgiram no Caribe com Frantz Fanon (1925–1961) e Aimé Césaire (1913–2008) e os pioneiros do panafricanismo que foram majoritariamente caribenhos, como por exemplo Anténor Firmin (1850–1911) que foi erudito haitiano, Benito Sylvain (1868-1915), intelectual haitiano, C.L.R. James (1901–1989), escritor e ativista de Trinidad e Henry Sylvester Williams (1869–1911), nasceu em Trinidad e Tobago. Assim é necessário estudar o continente africano olhando para os territórios afro diaspóricos e as contribuições desses intelectuais.

¹⁵ O PPC do citado curso está disponível em:

<https://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/PPC-HIST%C3%93RIA-Vol-VI.pdf>

A UFFS apostou nas classes populares visando construir projetos de desenvolvimento sustentável e solidário para a região sul. Ela é uma expressão concreta da democracia no Brasil e tem como objetivos no curso de História-Licenciatura: dialogar com as áreas afins da história visando ensinar e pesquisar de conhecimentos históricos, também, problematizar, com criticidade e autonomia, os acontecimentos sociais políticos da atualidade (PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2012). Observamos a ausência de conteúdos relativos à região caribenha. Não identificamos matérias sobre o Caribe. Nos componentes curriculares ou disciplinas do domínio específico do Curso de História se observa que o Caribe ainda não figura na matriz curricular pesquisada, e tal constatação surpreende devido à quantidade de imigrantes caribenhos, particularmente, haitianos. Essas considerações se derivam, apenas, da revisão curricular das matrizes dos cursos de história e não dizem respeito ao cotidiano da prática dos corpos docentes dessas três instituições.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este trabalho não apenas denuncia as lacunas historiográficas e educacionais, mas também reconhece os avanços produzidos. Pretende, modestamente, incentivar novas pesquisas e debates sobre o tema, abrindo caminho para uma maior valorização do Haiti e de sua contribuição histórica na construção do mundo moderno.

Autores que podem servir de guia para uma renovação do olhar sobre a história do Haiti e da Revolução Haitiana nos cursos de História são: Michel-Rolph Trouillot, Susan Buck-Morss, Carolyn Fick, Cyril Lionel Robert James e Laënnec Hurbon, Nelson Veras de Sousa Júnior, Jean Casimir e Jean Price-Mars, Mônica Maria Idarraga, Marco Morel, Handerson Joseph e Jean Fabien, Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Abdias do Nascimento, Antônio Bispo dos Santos e Gabrielle de Souza Oliveira.

Esses autores se debruçaram sobre os seguintes temas: a perspectiva decolonial e antirracista que contribui para uma compreensão mais ampla das revoluções atlânticas e das lutas pela autodeterminação dos povos; a construção haitiana uma identidade própria marcada pela resistência e pela reafirmação de sua cultura; o protagonismo dos líderes haitianos e os desafios enfrentados na construção de uma nação independente; as percepções da Revolução Haitiana na imprensa brasileira e nas sociedades escravistas do século XIX; a diáspora haitiana e os desafios enfrentados pelos imigrantes haitianos no Brasil; a marginalização da RH no pensamento ocidental e as perspectivas afro diaspóricas sobre resistência e autonomia.

A historiografia revisada sobre a RH revela um campo de estudos ainda marginalizado, apesar dos avanços recentes. Esses últimos, também se mostram no âmbito da história escolar e estão relacionados aos efeitos da Lei Federal 11645, de 2008. Os efeitos desta lei e a presença

crescente de imigrantes haitianos tem atizado os ambientes acadêmicos e universitários brasileiros em relação ao Haiti e à Revolução Haitiana.

O levantamento realizado na RBHC e nos anais dos simpósios da ANPUH e da ANPHLAC evidencia a presença da Revolução Haitiana na produção historiográfica brasileira, mas continua a ser um campo a ser explorado. A inclusão da RH e sua renovação no campo dos estudos históricos não apenas fortalece uma perspectiva decolonial e antirracista, mas também contribui para uma compreensão mais ampla das revoluções atlânticas e das lutas pela autodeterminação dos povos.

Repensar a maneira como a Revolução Haitiana é ensinada e pesquisada possibilita reconfigurar os marcos interpretativos que ainda operam dentro de uma lógica excludente e hierárquica do conhecimento. Sugere-se a revisão crítica das narrativas históricas; a procura constante de novas contribuições historiográficas; a necessidade de continuar investigando e pesquisando sobre a história haitiana e da sua Revolução e a utilização da perspectiva teórica decolonial visando operar uma transformação em sala de aulas.

5 Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *Da queda do Duvalierismo à transição inacabada: a crise haitiana dos anos 1980*. Revista Brasileira do Caribe, v. 19, n. 37, jul./dez. 2018.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. François Duvalier e o autoritarismo haitiano. In: XVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.
- BAILY, Bernard. *Atlantic History: Concept and Contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SÃO BERNARDO, Mireile Amaral de. *A importância da língua na integração dos/as Haitianos/as no Brasil*. Périplos: Revista dos Estudos sobre Migrações, v. 1, n. 1, p. 58-67, 2017.
- BERNO, Logis. *Cor, privilégios e liberdade na época da revolução: a luta de Julien Raymond em São Domingos-Haiti (1789-1794)*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo: uma história do tráfico de escravizados, da escravidão e da abolição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BREÑA, Roberto. *Era das revoluções: uma história das revoluções políticas e sociais de 1789 a 1848*. 1. ed. [Cidade]: [Editora], 2021.
- BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti, and Universal History*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.
- CARDOSO, Oldimar. "Para uma definição de Didática da História". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, 2008, p. 153-170.
- CARVALHO, Daniel Gomes. *A Revolução Francesa: Contextos e Impactos*. 1. ed. [Cidade]: [Editora], [Ano].
- CARVALHO, Luã Pedro Rocha. As acusações “haitianistas” na racializada sociedade brasileira da primeira metade do século XIX. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- CASIMIR, Jean. *Haití: acuérdate de 1804*. Tradução de Betina Keizman. México: Siglo XXI, 2007.
- CASIMIR, Jean. *La cultura oprimida*. México: Ambos Editores, 2018.

- CASIMIR, Jean. *Tout moun se moun*. MIT-Ayiti, 2021. Disponível em: https://dev.mit-ayiti.net/wp-content/uploads/2021/02/ToutMoun_02282021.pdf.
- DE SOUSA, Junior Nelson Veras. Entre soberanos negros e senhores de escravos: o processo de inserção internacional do Haiti e sua coexistência com os Estados Unidos de 1825 a 1850. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- FERREIRA, Gelssi Marli Muller. A história do Haiti e sua relação com o Brasil: proposta de uma sequência didática. In: XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, Foz do Iguaçu, 2022.
- FERREIRA, Maria Thereza Pereira. A representação da Revolução Haitiana e seus desdobramentos em livros didáticos. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.
- FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Haitian Revolution and the Founding of the Republic*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papyrus, 1993.
- GOMES, Paula Vieira Parreiras. A história do Haiti na perspectiva dos imigrantes haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o ensino de história. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- HANDERSON, Joseph. *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- HURBON, Laënnec. *La révolution haïtienne: une avancée postcoloniale*. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- IDARRAGA, Monica Maria del Valle. *El negro haitiano y el vudú en el Diario de Montecristi a Cabo Haitiano de José Martí*. Revista Brasileira do Caribe, v. 17, n. 33, p. xx-xx, jul./dez. 2016.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os Jacobinos Negros*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JEAN, Fabien. *PRO-HAITI (2010): um programa de ensino superior para compreender a recente migração dos estudantes haitianos no Brasil*. Revistaft, Ciências Sociais, v. 28, n. 138, set. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/pro-haiti-2010-um-programa-de-educacao-superior-para-entender-a-recente-migracao-estudantil-de-haitianos-no-brasil/>. Acesso em: 30 set. 2024.
- LOGIS, Berno. A questão racial e o preconceito de cor em São Domingos-Haiti (1789-1794). Revista Eletrônica da ANPHLAC, v. 22, n. 33, p. 257-292, 2022.
- LOGIS, Berno. Uma nação em construção: trabalho livre e soberania no Haiti (1826-1843). In: 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019.
- LUCIEN, Georges Eddy. *Le Nord-Est d’Haiti, La perle d’un monde fini: entre illusions et réalités (Open For Business)*. Paris: L’Harmattan, 2018.
- MARQUESES, Rafael de Bivar. *Duas colônias cafeeiras: meio ambiente e escravidão no Suriname e em Saint-Domingue, c.1750-1790*. Revista Ingesta, v. 1, n. 2, p. 86, 2019.
- MARQUES, Pâmela Marconatto; ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Quem quer ser Toussaint Louverture? Banalização e silenciamento na produção de narrativas oficiais sobre a história haitiana*. Revista Brasileira do Caribe, v. 16, n. 31, p. xx-xx, jul./dez. 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MOREL, Marco. *A Revolução Haitiana e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiá: Paco, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. Educação e ações afirmativas : entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Tradução . Brasília: INEP, 2003. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_PoliticadeAcaoAfirmativaEmBeneficioDaPopulacaoNegraNoBrasilUmPontoDeVistaEmDefesaDeCotas.pdf Acesso em: 09 mar. 2025.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombo e a cidade: o negro na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

NICOLAU, Sulis Simone Lima. As marcas da colonialidade no ensino de História sobre o Haiti: uma análise sobre resistir à invisibilização imposta pela negação do outro, seus saberes e poderes em sala de aula. Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História. Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História, 2020.

OLIVEIRA, Gabrielle de Souza. *Por uma Escrita-Ensino amefricana da História: a Revolução Haitiana nos Manuais de Professoras/es na Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas.

PIERRE-LOUIS, Loudmia Amicia; VENEGAS MARCELO, Hernán. *Histórias a contrapelo da Revolução Haitiana*. In: BRIGHENTI, Clovis. A.; VENEGAS MARCELO, Hernán (Org.). *Histórias, nações e memórias insurgentes*. 1. ed. Naviraí, MS: Aranduká, 2023. p. 285-307.

PIERRE-LOUIS, Loudmia Amicia. O Caribe Insular e o Haiti: uma Radiografia da História Acadêmica no Brasil (2010-2020). *Monografia do curso de Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL)* – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

_____. O Caribe insular e o Haiti como objeto de estudo histórico no Brasil (2010-2022). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 23, n. 35, p. 199-228, 2023.

QUEIROZ, Marcos Vinicius Lustosa. Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROCHA, Carvalho Lua Pedro. *O Haiti e a Bahia: as representações da primeira nação negra da América nos jornais baianos do século XIX (1831-1853)*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.

RODRIGUEZ, Gabriel Alemán. Jean Price-Mars y la nación haitiana en La vocation de l'élite. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 16, n. 31, jul./dez. 2015.

SAINT-LOUIS, Vertus. *L'Assassinat de Dessalines et le culte de sa mémoire*. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 16, n. 31, p. xx-xx, jul./dez. 2015.

SILVA, Marco A. da.; FONSECA, Selva Guimarães. “Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas”, In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33. 2010.

SOUZA, Maria Cecília de. O desafio do conhecimento. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

STAUDT, Taise. Rompendo os silenciamentos coloniais no ensino de história: a Revolução Haitiana a partir dos quadrinhos A Revolução que deu origem ao Haiti, de Laurent Dubois e Rocky Cotard. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

TORRES, Marcele Xavier; FERREIRA, Márcia Serra. Currículo de História: reflexões sobre a problemática da mudança a partir da Lei 10.639/2003. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. (Org.). *Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Muad x Faperj, 2014.

TROUILLOT, Michel-Rolph. “Moderno de otro modo. Lecciones caribeñas desde el lugar del salvaje”. *Tabula Rasa*, (14), p. 79-97. 2011.

_____. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

WALSH, Catherine. “Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver”, In: CANDAU, Vera Maria. *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2009. p. 12-42.